



## Análise

### **04/06/2011 - Reações sobre a morte de Osama bin Laden na União Europeia.....p.01**

A morte de Osama bin Laden teve ampla repercussão. Comemorações e lamentações foram vistas em todas as partes do mundo. Na Europa, as reações foram positivas à morte de um dos terroristas mais procurados do mundo. Contudo, os líderes europeus sinalizaram que o combate ao terrorismo ainda não acabou.

## Resenha

### **04/06/2011 - Obsessão por fronteiras .....p.05**

Fronteira é uma palavra usual no noticiário da área de Política Internacional. Tão cotidiana é a sua utilização que a maioria das pessoas não se preocupa em, de fato, pensar sobre seus sentidos e significado. O que é fronteira? Quais são seus significados? Como os atores internacionais utilizam a fronteira? Em *Obsessão por fronteiras*, Michel Foucher discute estas questões e propõe novas interpretações sobre o assunto.

## Documento de Trabalho

### **04/06/2011 - Notas sobre os processos de resistência ao sistema G7/8.....p.12**

Buscando contribuir para o resgate do pensamento gramsciano no campo da Economia Política Global, o presente artigo apresenta uma análise crítica dos processos de resistência ao sistema G7/8 em um contexto de globalização da resistência. Neste processo, buscar-se-á fazer algumas considerações críticas acerca das potencialidades e limites emancipatórios de tais movimentos de protesto e resistência ao sistema G7/8.

---

# Reações sobre a morte de Osama bin Laden na União Europeia

---

Análise  
Europa

Jéssica Fernandes  
Vinicius Tavares de Oliveira  
04 de Junho de 2011

---

A morte de Osama bin Laden teve ampla repercussão. Comemorações e lamentações foram vistas em todas as partes do mundo. Na Europa, as reações foram positivas à morte de um dos terroristas mais procurados do mundo. Contudo, os líderes europeus sinalizaram que o combate ao terrorismo ainda não acabou.

---

Na madrugada de domingo para segunda, o presidente Barak Obama foi às câmeras anunciar para o mundo que Osama bin Laden tinha morrido depois de uma operação empreendida por tropas estadunidenses. Tal operação fez uma incursão considerada ilegal no Paquistão e gerou reações diferentes no mundo todo.

Na Europa, diversas figuras políticas comemoraram em diferentes proporções. Contudo, foi lugar comum que a luta contra o terrorismo não acabou e que ainda deverão ser empreendidos muitos esforços para acabar com a ameaça terrorista.

Além disso, jornais europeus contestaram a eficiência da União Europeia no combate ao terrorismo, chegando até a afirmar que a Europa havia falhado em se defender e defender seus ideais. Alguns não pouparam críticas às políticas europeias, ao mesmo tempo que também não pouparam elogios à iniciativa estadunidense.

## O Terrorismo na União Europeia

Pode se dizer que até início dos anos 2000 a preocupação com o terrorismo na

Europa de uma forma geral estava mais relacionada a alguns fatos que despertavam a atenção de governos particulares. Inicialmente a Alemanha demonstrava sua preocupação com as Brigadas Baader Meinhof, a Itália com as Brigadas Vermelhas, Reino Unido com IRA, e Espanha sofria com os atentados do ETA nas reivindicações separatistas.

Até esse período o terrorismo era visto como uma preocupação individual dos Estados-membros da União Europeia, ou seja, cabia à Alemanha, Itália, Espanha e Reino Unido implementar políticas de segurança de acordo com o grau de ameaça percebido pelos mesmos. Dessa forma, países como Hungria, Portugal, República Checa, por não serem vítimas de ações terroristas diretas não possuíam em suas estruturas estatais órgãos voltados ao combate do terrorismo.

A União Europeia, prezando pela soberania de cada Estado-membro, até os atentados de 2001 nos EUA, não empenhava esforços para resolver questões concernentes à segurança interna de seus países membros, (SEABRA & NOIVO, 2010).

Em 2001, no entanto, com os atentados terroristas aos Estados Unidos, notou-se que os países europeus também poderiam estar vulneráveis às atrocidades dos

grupos terroristas externos à União Europeia, como no caso da Al Qaeda, grupo terrorista responsável pelos atentados provocados em de setembro de 2001 nos EUA.

Os atentados suscitaram repercussão em inúmeros países e despertaram a preocupação com a segurança de uma forma coletiva. O terrorismo passou a ser visto por líderes europeus como um fato real e uma prioridade objetiva a ser tratada na União Europeia.

Face à possibilidade de ocorrência de ações terroristas na União Europeia foi elaborado um plano de ação na luta contra a ação terrorista centrado em cinco pontos específicos: o reforço da cooperação policial e judicial, o desenvolvimento de instrumentos legais internacionais, o fim do financiamento do terrorismo o reforço da segurança aérea e a coordenação de ação global da União Europeia no mundo (SEABRA & NOIVO,2010).

O 11 de setembro de 2001 passou a ser considerado também na União Europeia como ponto crucial para a intensificação de estratégias de segurança coletiva. Não obstante, em 2004 e 2005 as preocupações dos governantes na União Europeia se intensificaram diante do atentado de Madri, em março de 2004, e dos atentados terroristas em Londres em 2005. Percebia-se com essas atrocidades a vulnerabilidade a qual os Estados-Membros estavam sujeitos.

### Medidas de contenção do terrorismo após os atentados de 2001

A fim de conter as possibilidades de ação de terroristas internos e externos à Europa, e face aos impactos causados pelos atentados de 2004 e 2005, o Conselho Europeu adotou a Estratégia Contra-Terrorismo na UE em dezembro de 2005, visando ampliar a segurança coletiva dos países membros, de forma a expandir os padrões de segurança interna

e criar um “espaço comunitário” de segurança, (SEABRA & NOIVO,2010).

As estratégias estavam concentradas em quatro pilares, a saber, o de prevenir, proteger, perseguir e responder. Pela prevenção tem se como objetivo o isolamento político e social de elementos radicais, ou seja, é almejado a promoção do diálogo inter-cultural dentro e fora da UE, e a promoção da igualdade de oportunidades entre culturas por meio de *good governance*, ou seja, programas de assistência concedidos pelo governo.

O segundo foco de estratégia é Proteger; essa visa melhorar a cooperação entre os Estados membros ampliando a circulação de informação e também melhorar a segurança nas análises de passaporte e segurança de fronteiras.

Pela estratégia de perseguir pretende-se evitar que atentados terroristas sejam planejados, visando dificultar o desenvolvimento de redes terroristas e financiamentos destinados à obtenção de meios materiais para execução de atentados.

A estratégia de responder visa dotar a UE de maior capacidade para enfrentar um atentado terrorista e dessa forma minimizar as suas conseqüências. Assim o desenvolvimento de avaliações de risco como uma ferramenta para o aumento de capacidades nas respostas a um atentado terrorista torna-se questão relevante.

Para essa última estratégia, a cooperação com o EUA era vista como ponto importante para o êxito nas ações que intentavam combater o terrorismo. Não obstante, as estratégias de desrespeito às leis e adoção de políticas com forte caráter militar no Governo Bush dificultaram a cooperação entre EUA e Europa nesse aspecto.

Entretanto, no governo Obama notou-se uma certa alteração na perspectiva estadunidense no que tange ao terrorismo. Teve-se, por exemplo, o encerramento do centro de detenção de Guantánamo;

alterou-se o processo de julgamento de suspeitos de provocar ações terroristas, dentre outras alterações. Essas ações, embora incipientes, já sinalizavam à União Europeia a possibilidades de aproximação com o governo dos EUA em assuntos referentes ao terrorismo.

### As reações da Europa à morte de Osama bin Laden e os possíveis desdobramentos para a política europeia de combate ao terrorismo

A morte de Osama bin Laden repercutiu em diferentes proporções e reações na Europa. Após o anúncio feito pelo Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, políticos europeus manifestaram seu contentamento com a notícia. A Chanceler Merkel, da Alemanha, se mostrou mais extasiada com a notícia, enquanto que o Premiê britânico, David Cameron, foi mais contido em sua reação.<sup>1</sup>

Alguns membros do parlamento europeu, como o seu presidente, Jerzy Buzek, chegou a afirmar que o mundo “acordou mais seguro”. O Secretário Geral da OTAN, Anders Fogh Rasmussen, afirmou que “um sucesso significativo para a segurança dos aliados de OTAN e todas as nações que se juntaram a nós em nossos esforços para combater o flagelo do terrorismo global”.<sup>2</sup>

Contudo, foi lugar comum entre os políticos europeus que a luta contra o terrorismo ainda não estaria próxima do fim. Além disso, os líderes europeus também sinalizaram que este momento

<sup>1</sup> Al Jazeera : <http://english.aljazeera.net/news/asia/2011/05/20115241936984209.html>

<sup>2</sup> El País: [http://www.elpais.com/articulo/internacional/Europa/celebra/desaparicion/Bin/Laden/elpepiint/20110503elpepiint\\_18/Tes](http://www.elpais.com/articulo/internacional/Europa/celebra/desaparicion/Bin/Laden/elpepiint/20110503elpepiint_18/Tes)

logo após a morte deve ser conduzido com cautela, uma vez que algum ataque em represália pode ser empreendido. “Todos nós vamos ter que permanecer em alerta. Devemos permanecer vigilantes e continuaremos a cooperar a nível internacional”, afirmou a Chanceler Merkel.<sup>3</sup>

O Reino Unido mobilizou todo seu aparato de segurança pública para que não ocorram atentados no país. A França, por outro lado, não adotou medidas de segurança adicionais.<sup>4</sup>

Outro tipo de reação se deu no sentido de criticar as políticas europeias para o combate ao terrorismo. Alguns jornalistas não pouparam críticas à política europeia. Vista como uma vitória exclusivamente estadunidense, um jornal alemão<sup>5</sup> afirmou que a morte de Osama era uma demonstração da passividade da política da União Europeia frente à ameaça terrorista.

O jornal afirma, incisivamente: “Nós, europeus, devemos congratular-nos com a vitória americana – e, ao mesmo tempo, sentir uma enorme vergonha. O nosso continente, cuja população e cujo poder econômico são comparáveis aos dos Estados Unidos, não tem visivelmente nenhum desejo de defender os seus valores e a sua prosperidade, nem, resumidamente, de se defender. A maior parte dos europeus – porque os alemães não são os únicos nesse caso – recusa-se a compreender a natureza da luta contra o terrorismo internacional, que decorre já há dez anos: esta guerra não é igual àquelas que os nossos livros de História descrevem. Nunca houve uma declaração de guerra e nunca haverá um ato de

<sup>3</sup> Al Jazeera: <http://english.aljazeera.net/news/asia/2011/05/20115241936984209.html>

<sup>4</sup> BBC.

<sup>5</sup> Jornal Handelsblatt de Dusseldorf, Alemanha.

rendição. O inimigo não usa capacete, nem uniforme e ser-lhe-ia difícil conduzir um tanque sem provocar um acidente. De manhã, põe à cintura um cinto com explosivos e dirige-se ao mercado mais próximo de casa. Esta guerra não pode ser ganha e, no entanto, não pode ser perdida. É o fato de não compreendermos esta guerra que surge como o melhor cúmplice do terrorismo."

### Considerações Finais

Difícilmente a política europeia para o combate ao terrorismo irá mudar drasticamente, uma vez que os problemas que esta questão traz são muito maiores do que a existência do grupo terrorista Al-Qaeda. Existem questões internas, principalmente encabeçados por grupos separatistas, que são consideradas pela Europa como um assunto relacionado ao combate ao terrorismo.

Como foi dito por várias personalidades políticas do continente, a morte de Osama bin Laden tem um caráter muito mais simbólico do que prático, no sentido de desarticular as células terroristas existentes. Sendo assim, a Europa não se deixou tomar por uma onda otimista que foi expressa nas comemorações que invadiram as ruas de várias cidades do mundo, em especial dos Estados Unidos.

## Referência

### Al Jazeera

<http://english.aljazeera.net/news/asia/2011/05/20115241936984209.html>

### El País

[http://www.elpais.com/articulo/internacional/Europa/celebra/desaparicion/Bin/Laden/elpepiint/20110503elpepiint\\_18/](http://www.elpais.com/articulo/internacional/Europa/celebra/desaparicion/Bin/Laden/elpepiint/20110503elpepiint_18/)

### Tes

#### PressEurop

<http://www.presseurop.eu/pt/content/news-brief-cover/634431-angela-merkel-crista-e-cinica>

<http://www.presseurop.eu/pt/content/article/629561-heranca-que-bin-laden-nos-deixa>

<http://www.presseurop.eu/pt/content/article/632961-o-dia-da-vergonha-para-europa>

#### NPR

<http://www.npr.org/2011/05/02/135919728/world-reaction-to-osama-bin-ladens-death>

#### Artigo:

SEABRA, Pedro & Noivo, Diogo - Combate ao terrorismo na União Europeia: Construção de uma abordagem comum- Segurança & Defesa, nº 14 Julho/Setembro, 2010 - Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:pC93toJLvrIJ:www.ipris.org/php/download.php?fid%3D187+&hl=pt-BR>

**Palavras chave:** Europa, União Europeia, Terrorismo, Osama bin Laden, Jéssica, Vinícius.

---

# Obsessão por fronteiras

---

Resenha  
Oriente Médio e Magreb  
Camila Viana Ciancalio  
04 de Junho de 2011

---

Fronteira é uma palavra usual no noticiário da área de Política Internacional. Tão cotidiana é a sua utilização que a maioria das pessoas não se preocupa em, de fato, pensar sobre seus sentidos e significado. O que é fronteira? Quais são seus significados? Como os atores internacionais utilizam a fronteira? Em *Obsessão por fronteiras*, Michel Foucher discute estas questões e propõe novas interpretações sobre o assunto.

---

**T**ratar a questão das fronteiras é sempre um trabalho árduo, que envolve a conceituação da palavra, demandando um esforço para que se entenda uma série de outros conceitos que a expressão traz. Numa tentativa de pautar essa discussão, Michel Foucher, em *Obsessão por fronteiras* (2009), discute as muitas definições atribuídas ao termo. Recorrendo-se a uma definição clássica, há que se pensar que “fronteira política é separação entre duas soberanias” (DUROSELLE, 2000, p.41). É aquela linha, aquele “entre” que, ao se estabelecer, define noções de limites. Pensar fronteiras é pensar no pertencimento. À medida que se estabelece quem está dentro de uma delimitação geográfica, se estabelece quem está fora. Pensar fronteiras é um exercício, em última instância, de pensar a alteridade, o estrangeiro, o diferente e, em certa medida, o indesejável.

Para o autor do livro, “criar uma fronteira visa, sempre, solucionar um problema, incontestável ou não, segundo a prática antiga e bem britânica da partição, sem nunca saber o que acontecerá em seguida.” (FOUCHER, 2009, p.11). E a necessidade de se estabelecer limites, sobretudo no “mundo sem fronteiras” de Kenichi Ohmae<sup>1</sup>, é quase que uma

tentativa de demonstrar que ainda cabe ao Estado essa tarefa. É prerrogativa do Estado gerenciar seus limites, garantindo a segurança e o bem-estar daqueles que vivem sob os seus domínios territoriais. Estabelecer limites, fronteiras, e controlá-los seria uma tentativa de promover segurança, de maximizar o bem-estar dos “seus”, em detrimento dos outros.

Entretanto, há as situações limites, nas quais as contendas territoriais se manifestam e Estados vizinhos se desentendem acerca das fronteiras, do quê pertence a quem. Nessas situações a sensação de segurança é substituída, a noção de limite se materializa. Existir num contexto atual demanda um esforço de convivência contínuo, e regiões de fronteiras exigem constante atenção dos Estados, que tem como obrigação demonstrar sua capacidade de “se fazer presente”. Em tempos nos quais os “muros são tão fotogênicos”<sup>2</sup> como enuncia Foucher, é dispendioso garantir a segurança daqueles que estão dentro dos limites dos estados.

Quando pensamos as fronteiras num contexto atual se faz necessário, primordialmente, estabelecer de qual recorte contextual está se falando. Em

---

<sup>1</sup> Foucher faz referência a este autor como sendo o responsável pela criação da expressão *mundo sem fronteiras*, empregada no texto.

<sup>2</sup> A expressão “Muros fotogênicos” é uma alusão de Foucher ao Muro de Berlim e toda a atenção que foi dedicada ao assunto.

Foucher (2009), esse contexto é o de mundo sem fronteiras, de fluxos migratórios contínuos, de trocas constantes, de interações que extravasam a dinâmica nacional, que se localizam na esfera internacional. Ampliando o conceito, o autor trata das chamadas mundializações<sup>3</sup> “significa que os fatores econômicos e geopolíticos, políticos e culturais se estendem igualmente na escala planetária.” (FOUCHER, 2009, p.13).

Foucher irá tratar de quatro episódios de mundialização. O primeiro diz respeito ao Tratado de Tordesilhas, de 1494, e posteriormente ao Tratado de Saragoça, de 1529, e foi o primeiro caso a tratar de fronteiras conhecidas e a conhecer. O segundo episódio dessa natureza é aquele no qual o continente africano foi partilhado, dividido entre as nações europeias que elegeram aqueles territórios nos quais iriam exercer sua influência, baseando-se em interesses particulares, divisão essa consolidada com o Ato Geral de Berlim<sup>4</sup>, (1884-1885). O terceiro acontecimento se refere a denominada cortina de ferro, termo utilizado para denominar a divisão da Europa entre ocidental e oriental, sob influência do bloco comunista. Exceto em relação à República Alemã, provisoriamente dividida, essa forma de limitação não chegou a criar Estados propriamente ditos, mas alteraram os traçados fronteiriços na Europa, o que levou ao deslocamento de mais de 20 mil habitantes. Devido ao contexto de Guerra Fria, a disputa entre as potências acabou se estendendo para outras localidades,

<sup>3</sup> Mundialização foi o termo alcunhado pelos franceses, como alternativa a expressão britânica globalização

<sup>4</sup> O Ato Geral de Berlim foi o resultado das reuniões que ocorreram entre as potências europeias, entre 15 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885 na denominada Conferência de Berlim, que lançou às bases da corrida entre os países para a partilha da África, na qual disputaram áreas de influência, sem qualquer consideração com a realidade cultural da região.

como África (leste e sul), América Latina, sudeste da Ásia e no oriente. Para Foucher (2009), estabeleceu-se uma espécie de “*metafronteira*”, que dividia o mundo desenvolvido, o mundo socialista e os países periféricos. “Dentro dessa conjuntura [...] a descolonização transformou os limites coloniais administrativos ou interimperiais em fronteiras de Estados, às vezes ao preço de dolorosas divisões.” (FOUCHER, 2009, p.16). Por fim, a quarta etapa desse processo acontece com a queda do muro de Berlim, em 1989. Foucher (2009) a define como “uma reorganização, sistemática e provavelmente sistêmica, de territórios estaduais e nacionais.” (FOUCHER, 2009, p. 16)

### **A cena fronteiriça contemporânea**

A “obsessão por fronteiras” é um imperativo atual, crescentemente perceptível, que envolve antigas disputas que se engendram com as novas disputas, configurando um cenário de tensão crescente. Movidos por questões fronteiriças, os Estados desenvolvem um discurso de caráter crescentemente securitizador. Nesse cenário, desenham-se os fluxos de troca já citados, envolvendo imigrações em massa, que podem ser encaradas como fruto da integração promovida pela globalização, “que coloca em contato informativo e econômico, fontes demoeconômicas de níveis de vida muito diferentes...” (FOUCHER, 2009, p.20). Os reais impactos das fronteiras ainda são ainda um tema polêmico no cenário internacional no qual se polarizam as influências de um lado norte-americana, e de outro, russa, chinesa e de atores não estatais “protegidos em regiões que não são suas por direito, regiões que poderíamos chamar de *offshore* geopolítico” (FOUCHER, 2009, p.20).

### **As fronteiras são instituições**

“A fronteira é uma linha; ela delimita o

espaço sobre o qual se estende uma soberania nacional” (GOTTMANN *apud* FOUCHER, 2009, p.21). Partindo dessa proposição, administrar fronteiras constitui função do Estado cuja soberania foi determinada.

Numa segunda perspectiva trazida por Foucher (2009): “as fronteiras são descontinuidades territoriais, com a função de marcação política... Não há identidade sem fronteiras.” (FOUCHER, 2009, p. 22). A formação do Estado moderno se inicia com o tratado de Vestfália, de 1648, e vai se consolidando ao longo do tempo. Nessa concepção há certos aspectos tidos como fundamentais para o Estado. São eles: o estabelecimento de fronteiras e o reconhecimento mútuo da soberania dos Estados.

No que diz respeito ao estabelecimento de fronteiras, como já foi tratado, muitas são as conceituações do termo [fronteiras], mas em linhas gerais, mais que se constituir como o limite entre duas soberanias, as fronteiras acabam por determinar um limite geográfico que determina que aqueles que nasceram no interior de um espaço geograficamente delimitado compartilham de um determinado esquema interpretativo, e apesar de não haver um único esquema interpretativo dentro desse espaço, é mais fácil que os agentes que ali nasceram consigam manter algum grau de interação do que seria para alguém que não nasceu nesse espaço.

Ao delimitar um território, delimita-se também uma população. Quanto ao conceito de soberania, há que se considerar que envolve o reconhecimento mútuo entre os Estados de que são eles unidades dotadas de autonomia para agir internamente, e legitimidade enquanto Estado no plano externo.

As fronteiras ainda representam rendimentos aos Estados, à medida que a imposição fiscal ou tarifária que regula o cruzamento de fronteiras permite aos Estados o controle dos fluxos de entrada

de produtos em seus territórios. Foucher (2009) faz alusão a estudos que tentam avaliar os valores de um “não Magreb” ou de uma “não Europa”, na perspectiva de imposição de tarifas. Há ainda, noutro extremo, a argumentação da necessidade de se proteger o mercado interno como motivo para aumentar a incidência de tarifas de exportação. As fronteiras, enquanto instituições territoriais, irão operar em escalas diferentes. E para o autor, são essas escalas: 1) estatal, nacional ou multinacional; 2) interestatal; 3) regional e local.

### **Oriente Médio: como desenhar linhas na areia?**

Estabelecer limites exatos, traçar linhas em mapas que correspondam aos traçados reais encontrados no espaço são desafios que tentaram ser constantemente superados pela Geografia. Mas o que se falar quando tais limites são entre porções de areia, literalmente falando.

Estabelecer fronteiras em regiões desérticas enfrentava o desafio constante da precisão e da eficácia. Mas se antes essa divisão era feita por meio de cordas, hoje os avanços tecnológicos permitem que sejam empregados recursos de alta tecnologia para o monitoramento desses limites. Entretanto, uma barreira a eficácia desses limites permanece. Segundo Foucher (2009), essa barreira consiste na falta de conhecimento mútuo, bem como de coesão dos Estados assim constituídos. Nesses casos, as barreiras não são só geográficas, são principalmente históricas.

No que se refere ao território do Oriente Médio, muitas são as disputas territoriais, muitas são as histórias que envolvem países vizinhos, bem como, muitos são os mitos fundadores dessas diferentes culturas. Ainda na perspectiva de Foucher (2009), essas contendas seriam muitas vezes utilizadas como meio de legitimar regimes autoritários que atuam na região, mas que é apenas um dos elementos de um quebra-cabeça instável.

### **Do bom uso dos limites herdados: o programa de delimitação de fronteiras da União Africana**

“Como no Oriente, os africanos devem aceitar as fronteiras traçadas por outros.” (FOUCHER, 2009, p. 52). Inspirados pelo fato de que menos de um quarto das fronteiras africanas estão hoje traçadas, os ministros africanos responsáveis pela questão das fronteiras lançaram numa Conferência em Adis Abeba, a 7 de junho de 2007, o Programa de Delimitação de Fronteiras, no intuito de prevenir possíveis, e em grande medida prováveis, conflitos, bem como de promover a integração entre os Estados africanos.

Com “zonas imprecisas”- regiões nas quais não se sabe ao certo até onde se estende os domínios do estado- fica cada vez mais difícil para os Estados administrar os conflitos, por questões que envolvem até mesmo a própria soberania do Estado. Desse modo, uma primeira função desse programa é a de “generalizar a delimitação e demarcação dos limites, tendo por base um inventário exaustivo de sua situação... A segunda função é facilitar as iniciativas dos agentes locais com o apoio de comunidades econômicas regionais.” (FOUCHER, 2009, p.53).

A fronteira entre Marrocos e Argélia está fechada desde 1994, e apesar disso nunca representou uma barreira para a circulação de pessoas, mercadorias ou sequer impediu o tráfego aéreo. Mas para além de barreiras intransponíveis, “os obstáculos são políticos” (FOUCHER, 2009, p. 71)

Ao sul esses obstáculos são de natureza técnica. A fronteira da Líbia foi estabelecida pela França em 1958 tendo por base uma demarcação que datava de 1919. Entre os Estados do Deserto do Sahel os limites datam de 1905. Inúmeros são os casos nos quais os limites atuais foram estabelecidos de acordo com demarcações, acordos e tratados há muito realizados, desconsiderando as dinâmicas atuais e as demandas das populações

desses Estados.

Como Foucher (2009) relata, por decisão da Organização da Unidade Africana (OUA), numa tentativa de não agravar os conflitos já existentes entre os Estados Africanos que tinham como causam as fronteiras arbitrárias, foi estabelecido como função dos Estados atentar para que as fronteiras, apesar do caráter arbitrário, fossem respeitadas. Há ainda o caráter financeiro em que consiste a fronteira pois através da fiscalização possibilita-se que haja controle fiscal sobre o fluxo de mercadorias, atribuindo a fronteira o caráter de fonte de renda.

Acerca das possíveis soluções para a questão das fronteiras africanas, um novo arranjo levaria ao caos. Mas ao mesmo tempo, a manutenção desses limites que separam “entidades humanas homogêneas” não tem dado conta de propiciar uma convivência pacífica na região. E é aqui que reside o impasse.

No que diz respeito ao que tem sido feito de atual, os processos em curso envolvem a manutenção desse caráter lucrativo da fronteira.

### **O imperativo do controle das fronteiras no deserto do Saara**

A Argélia, desde 2006, retomou um projeto de vigilância eletrônica em relação aos seus limites com o Saara, investindo em câmeras de segurança, radares e tantos outros equipamentos da mais alta tecnologia que visam assegurar o respeito a seus limites. Esse discurso securitário em resposta às tensões fronteiriças envolve alta tecnologia (com o emprego de satélites, por exemplo), “e a formação de grupos mearistas encarregados de controlar os limites entre a Argélia e o Mali.” (FOUCHER, 2009, p.72)

### **O precedente dos muros marroquinos no deserto do Saara**

A opção pelos muros é resultado de uma

maneira unilateral de lidar com disputas fronteiriças. Recorrendo à história, desenha-se o seguinte cenário: a independência de uma antiga colônia denominada Rio de Oro foi negada por Marrocos, sob a alegação de possuir direitos históricos sobre essa região. Entretanto, essa mesma região era reivindicada pela Frente Polisário<sup>5</sup>, que conta com o apoio da Argélia. Quanto a esse grupo denominado Frente Polisário, (Frente Popular para a Libertação de Sanguia-el-Hamra) trata-se de um grupo armado, criado em 1975, para combater o domínio espanhol. O grupo é composto pelo povo saarai, que luta pela libertação e independência de seu território. O território no qual se concentra esse povo foi domínio espanhol até 1975, e posteriormente, por concessão do próprio governo espanhol, a região em questão foi dividida entre Marrocos e Mauritânia. Através dessa decisão do governo espanhol, que contrariava as Resoluções da ONU<sup>6</sup> sobre a descolonização-sobretudo àquelas específicas sobre o Magreb, tem início a invasão e ocupação marroquina da região.

Desse modo, a partir de 1980 foi colocada em prática a construção de seis muros sucessivos, os quais conservaram a Marrocos o acesso as regiões que tinham algum tipo de recurso (minas de fosfato, rotas, entre outros). As demais, sem nenhum recurso e despovoadas, foram concedidas à Frente Polisário. Desse modo, a disputa continua, opondo dois regimes políticos muito distintos, envolvendo questões de soberania e do direito de autodeterminação. O autor nos lança a seguinte pergunta: “As

negociações diretas que foram abertas em Nova Iorque podem chegar a um resultado ainda que a questão central resida na rivalidade entre o Marrocos e a Argélia pelo Magreb?” (FOUCHER, 2009, p.87)

Apesar de todos esses fatores, ainda são realizadas feiras comerciais e é permitida a entrada de empresários, que quando de avião, não necessitam nem mesmo de visto. Entretanto, essa oposição gera efeitos palpáveis, sendo um deles a fronteira fechada entre Argélia e Marrocos desde 1994, o que é uma incongruência num Magreb às portas da União Europeia integrada. Cooperar e interagir talvez fossem estratégias mais efetivas para que os problemas internos fossem superados.

### Considerações Finais

A problemática das fronteiras está em vários lugares, pode-se inclusive dizer tratar-se de uma dinâmica apátrida, que não faz distinção entre países periféricos ou desenvolvidos. O agravante de se concentrar em lugares periféricos é que, em grande medida, acabam por se desenrolar sem que haja a atenção merecida. A região do Magreb, por exemplo, merece uma atenção e tratamento diferenciados à medida que é elo da África com o continente europeu. É o corredor pelo qual a comunicação entre esses estilos de vida transita. Estilos esses imensamente diferentes. Apesar desse caráter particular da região, muitas notícias e informações não são divulgadas com a atenção devida. O próprio autor faz uma referência ao Muro de Berlim, o que nos remete a toda uma problemática de se dividir um povo se valendo de barreiras concretas. Já no que diz respeito ao muro que divide Marrocos e o Saara Ocidental pouco se é falado. Essa diferença de tratamento não significa que o muro do Magreb é menos importante ou produziu um impacto menor na população- devido aos contextos diferentes em que os muros se concretizaram, literalmente, não é

<sup>5</sup> Maiores informações acerca da Frente Polisário e da disputa pelo Saara Ocidental: [http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO\\_ARQ\\_NOTIC20100920143814.pdf](http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20100920143814.pdf)

<sup>6</sup> Parecer consultivo de 16 de outubro de 1975 proferida pela Corte Internacional de Justiça acerca do Saara Ocidental.

possível se mensurar tais impactos. Essa pequena ocorrência só demonstra o quão ocidental é o pensamento recorrente na atualidade. Em pleno século XXI assistimos uma barreira concreta que é um constante lembrete da importância de se atentar para o continente africano.

Para além do caráter divisório da fronteira, do obstáculo que ela pode configurar, há que se considerar que a fronteira se traduz também como o ponto de contato, no qual as diferenças acabam se mesclando, se sobrepondo e se misturando de tal maneira que o caráter excludente acaba sendo sobrepujado e a fronteira enquanto limite dá espaço para uma área fronteira que permite a interação humana e funciona como um espaço de trocas econômicas e culturais.

As disputas, a ausência de consenso, os limites e por fim, os muros, são tentativas de se lutar por questões que envolvem crença, história, direitos essenciais, mas principalmente, envolvem o tratamento que se dá ao outro, àquele que é diferente, que não compartilha do mesmo esquema interpretativo.

Uma resposta única, absoluta, não é a solução. São necessários esforços das partes envolvidas, esforços reais para que as populações envolvidas sejam respeitadas, para que vivam com dignidade e que tenham direito de circular com segurança. Não é uma solução fácil, nem rápida, mas talvez seja a mais humana delas.

No livro *Obsessão por Fronteiras*, Michel Foucher propõe a discussão não apenas do conceito, mas da implicação diária da fronteira na vida daqueles que convivem em regiões fronteiriças em constante processo de adaptação. O esforço do autor é admirável e o principal destaque do livro é o forte caráter analítico sobre a questão da fronteira. Foucher não propõe uma solução para uma questão tão complexa, em nenhum momento o autor demonstra que esse é seu objetivo. Mas ele constrói uma discussão aprofundada do

papel da fronteira ao redor do mundo, demonstrado que um conceito geralmente não tem caráter fixo, e que o contexto e o processo histórico são ferramentas essenciais no esforço de compreender a conjuntura internacional.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Resenha vinculada à Pesquisa intitulada *Cooperação e conflito: geopolítica das fronteiras do Magreb*, de autoria do Professor Rodrigo Corrêa Teixeira.

## Referência

---

DÖPCKE, Wolfgang. **A vida longa das linhas retas:** cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra. Rev. bras. polít. int. vol.42 n°1 Brasília Jan/Jun, 1999.

FOUCHER, Michel. **Obsessão por Fronteiras.** Tradução de Cecília Lopes. São Paulo: Radical Livros, 2009.

SANTAYANA, Mauro. **Dossiê da guerra do Saara.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

**Palavras chave:** Fronteiras, África, geopolítica, discurso, alteridade, soberania, Estados.

---

# Notas sobre os processos de resistência ao sistema G7/8

---

Documento de Trabalho  
Leonardo Ramos  
04 de Junho de 2011

---

Buscando contribuir para o resgate do pensamento gramsciano no campo da Economia Política Global, o presente artigo apresenta uma análise crítica dos processos de resistência ao sistema G7/8 em um contexto de globalização da resistência. Neste processo, buscar-se-á fazer algumas considerações críticas acerca das potencialidades e limites emancipatórios de tais movimentos de protesto e resistência ao sistema G7/8.

---

**D**e grande repercussão no resgate que é feito de Gramsci nos Estudos Internacionais é a temática da hegemonia do capital transnacional e suas implicações (Gill, 2003; Plehwe, *et. al.*, 2006). A despeito da relevância de tais reflexões, uma crítica que tem sido feita a tal literatura diz respeito aos impactos deletérios que tal ênfase na dimensão do exercício da hegemonia em escala transnacional teria para a percepção da possibilidade de transformação e resistência. Alguns esforços têm sido envidados no intuito de lidar com tal lacuna (Cox, 1999; Gill, 2003, p.211-221; Ramos, 2006; Morton, 2007, p. 171-200); contudo, em nenhum destes estudos há um tratamento mais específico da questão da resistência ao sistema G7/8 ou um engajamento explícito com uma questão central no pensamento gramsciano acerca da resistência e da contra-hegemonia, a saber, a questão da subalternidade. Ora, se a viabilidade de um projeto de hegemonia só é possível a partir do momento em que há uma identificação no nível do *self*, então um estudo daquilo que é excluído pelos processos hegemônicos é algo extremamente significativo para o entendimento tanto do funcionamento da hegemonia quanto das possibilidades de resistência (Smith, 2010).

## A questão da subalternidade

Gramsci escreveu especificamente sobre os “subalternos” mais ao final do período de redação dos *Cadernos* (Caderno 25: “Às margens da história. História dos grupos sociais subalternos”, Gramsci, 2002a, p. 129-145). Para Gramsci a história de tais grupos é “desagregada e episódica”, com uma “tendência à unificação” que sempre é “rompida pela iniciativa dos grupos dominantes (...)”. Na realidade, mesmo quando parecem vitoriosos, os grupos subalternos estão apenas em estado de defesa, sob alerta” (*Idem*, p. 135, Q25§2). Ou seja, embora ao longo de sua história tais grupos demonstrem descontentamento e, através de suas mobilizações e engajamentos, gerem algum tipo de mudança, na verdade suas atividades políticas são, em larga medida, limitadas acarretando, assim, em uma certa ineficácia. Neste processo de engajamento político “espontâneo”<sup>1</sup>, o que se percebe é a incapacidade de tais grupos, a despeito de suas manifestações e revoltas, de superarem sua condição de

---

<sup>1</sup> “(...) o elemento da espontaneidade é característico da ‘história das classes subalternas’, aliás, dos elementos mais marginais e periféricos destas classes, que não alcançaram a consciência de classe ‘para si’ e que, por isto, sequer suspeitam que sua história possa ter alguma importância (...)” (Gramsci, 2002b, p. 194, Q3§48).

subordinação econômica e cultural, o que ocorre, em larga medida, devido à falta de uma liderança e de uma organização consciente capaz de dar direção e coerência tanto aos grupos quanto aos seus engajamentos políticos. Isso não significa que em tais grupos não haja uma “direção consciente”, mas que esta se apresenta a partir de múltiplos elementos, sendo que nenhum deles “ultrapassa o nível da ‘ciência popular’ de um determinado estrato social, do ‘senso comum’, ou seja, da concepção de mundo tradicional deste determinado estrato” (Gramsci, 2002b, p. 194, Q3§48).

Os partidos políticos teriam neste contexto um papel fundamental no processo de “elaboração e difusão das concepções do mundo”, ou seja, “das novas intelectualidades integrais e totalitárias<sup>2</sup>” (Gramsci, 2004, p. 105, Q11§12). Ora as forças subalternas, para além da resistência, devem reconsiderar seus critérios de ação e de agência política e buscar uma nova forma de sintetizar e canalizar os potenciais de resistência em um projeto político criativo. Para Gramsci, o partido político era o agente da vontade coletiva transformadora<sup>3</sup>, “o anunciador e o organizador de uma reforma intelectual e moral” e, assim, fundamental no processo de articulação de uma “linguagem comum” (Gramsci, 2002b, p. 18, Q13§1; *Idem*, 2004, p. 200, Q11§55). Trata-se, assim, não da imposição de uma visão de mundo externa mas do estabelecimento de uma relação orgânica entre a multiplicidade social e a unidade política; neste processo, é criada uma “vontade coletiva” potencialmente capaz de desafiar a hegemonia dominante.

Uma objeção que poderia ser levantada diz respeito ao fato de que, no momento histórico contemporâneo, ver o partido ou

“príncipe moderno” como o agente da transformação política seria algo complicado. Contudo, uma vez que as atenções sejam voltadas não para uma ideia fossilizada de partido mas para formas concretas de ação política que vem sendo promovidas em um contexto de intensificação dos processos de globalização e transformação das bases materiais da sociedade humana, começa-se a perceber, de uma perspectiva gramsciana, como formas coletivas de organização política ainda desempenham um papel social fundamental (Morton, 2007).

Assim, se o partido passar a ser visto como um organismo “(...) dado pelo desenvolvimento histórico (...)” (Gramsci, 2002b, 16, Q13§1), nota-se a necessidade histórica do surgimento de uma nova forma de objetivação do momento catártico que simbolize a vontade coletiva. Desta forma, se por um lado é possível notar uma inadequação da pertinência da ideia de partido ou de príncipe moderno em seu sentido convencional para o contexto histórico contemporâneo, por outro certas formas de organização da vontade coletiva, como por exemplo no caso de alguns grupos e movimentos de resistência e protesto articulados no âmbito do movimento altermundialista e, em especial, aqueles que se encontram articulados contra o sistema G7/8 podem ser vistos a partir de uma leitura mais ampla do conceito de partido. Assim, uma vez que se parta de uma percepção acerca da heterogeneidade social dos subalternos, seria possível, segundo alguns, compreender tais movimentos contemporâneos a partir da ideia de “príncipe pós-moderno” (Gill, 2003). Contudo, a questão que surge é até que ponto tal categoria analítica realmente é capaz de lidar com tal fenômeno contemporâneo. Para responder tal questão, faz-se fundamental expor os processos de resistência e protesto ao sistema G7/8.

<sup>2</sup> “Totalitário” aqui se refere à ideia de totalidade, ou seja, a algo com caráter universal. Para maiores detalhes, ver Gramsci, 2004, p. 459 – “notas ao texto”.

<sup>3</sup> Sobre o papel dos partidos para os grupos subalternos, ver também Gramsci, 2002a, Q25§5.

### Os protestos ao sistema G7/8 em um contexto de globalização da resistência

O processo de resistência ao sistema G7/8 é mais bem entendido como parte de um processo mais amplo de globalização da resistência que pode ser visto como fruto de uma relação dialética entre as consequências do processo de globalização das relações capitalistas de produção – e da crescente perda de legitimidade da globalização neoliberal hegemônica associada a este – e a ação de forças sociais contrárias e essas forças capitalistas (Gills, 2000). Como parte da intensificação contemporânea dos processos de globalização, a resistência não deve ser vista como mera oposição, mas como parte constituinte deste processo. Assim, se por um lado a ausência de contestações abertamente declaradas não deve ser vista como sinônimo de aquiescência, por outro as políticas de resistência à globalização neoliberal têm assumido formas cada vez mais organizadas. Assim, pode-se afirmar que a origem imediata do movimento altermundialista remonta à segunda metade da década de 1990 quando é possível perceber um crescimento e uma intensificação sem precedentes dos protestos e atos de resistência social, em partes distintas do mundo, às políticas econômicas predominantes de caráter eminentemente neoliberal<sup>4</sup>. É neste contexto que devem ser entendidos os protestos que emergem neste mesmo período contra o sistema G7/8.

Embora mobilizações de proporções mais significativas sejam perceptíveis a partir do final dos anos 1990 (Hajnal, 2006), no caso dos protestos contra o sistema G7/8 é interessante perceber o processo de construção da cultura da resistência. Neste sentido, é possível perceber a existência de certos movimentos contrários ao sistema G7/8, em especial no que concerne às manifestações ocorridas quando da

<sup>4</sup> Para uma leitura da globalização da resistência em perspectiva, cf. Ramos, 2006.

ocorrência de suas cúpulas, antes da cúpula de Gênova, em 2001<sup>5</sup>. Neste sentido, merecem destaque as manifestações entre 1991 e 1997 por apontarem para um processo de superação dos interesses corporativos para uma consciência mais ampla, universal, e não individualista. Além disso, uma série de manifestações ocorreu nestas cúpulas, marcando o início, mesmo que em pequenas proporções, de uma nova forma de ação direta nas cúpulas do sistema G7/8, que seria um marco a partir de então, do processo de articulação em rede de grupos e movimentos sociais contrários ao sistema G7/8.

Birmingham (1998) e Colônia (1999) são fundamentais em um contexto de transição tanto das manifestações quanto da repressão policial a tais protestos. Assim, tendo em vista tais protestos bem como o “fantasma” de Seattle, em 1999, a partir de Okinawa, em 2000, nota-se uma intensificação no policiamento. Além disso, a partir dos anos 2000 o sistema G7/8 começou um movimento de *outreach*, ou seja, tanto de “alcançar” aqueles que se encontravam de fora quanto de “expandir” o sistema G7/8. Neste processo de revolução passiva, a cúpula de Okinawa, em 2000, foi um marco: pela primeira vez foi organizado um espaço oficial para as organizações não-governamentais e movimentos sociais<sup>6</sup>.

<sup>5</sup> Duas questões merecem destaque neste ponto. Primeiro, grande parte das informações aqui reproduzidas foram coletadas nos seguintes sítios: AGP, all4all, Indymedia. Isso se dá, dentre outras razões, pelo fato de tais questões não serem objeto de atenção das fontes convencionais de informação. Segundo, de acordo com o AGP ([http://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/in\\_fopool/agitprop/margins.htm#g71994](http://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/in_fopool/agitprop/margins.htm#g71994)), é possível perceber a existência de protestos nas cúpulas do sistema G7/8 desde 1984; não obstante, serão mencionados ao longo do texto apenas as manifestações mencionadas nos supracitados sítios.

<sup>6</sup> É importante destacar que tal movimento do sistema G8 em direção à sociedade civil não é

O ano de 2001 apresenta um momento de inflexão para o movimento altermundialista e para a resistência ao sistema G7/8, com uma reação por parte do bloco histórico dominante do tipo mais coercitiva, criminalizando e denegrindo o movimento altermundialista. Neste sentido, embora também pudesse ser percebido em manifestações prévias a partir do ano de 1999, é em Gênova que se percebe o ápice de tal estratégia antimobilizadora e repressiva, que teve como desfecho a morte do jovem manifestante Carlo Giuliani.

Além da intensificação da repressão policial, percebe-se ao longo das cúpulas uma tendência também adotada por outras instituições internacionais: a saber, uma estratégia de isolamento, que consistia em evitar a realização de grandes reuniões internacionais em cidades que poderiam servir de palco para os protestos altermundialistas. Por fim, somado a tais complicações, se encontram os atentados terroristas de 11 de Setembro, que inauguraram uma fase da política mundial mais intrincada para a ação do movimento altermundialista, obrigando-o a enfrentar diversos dilemas e impasses. Assim, uma tendência que se percebe no movimento altermundialista a partir deste momento – e que também se expressa nos protestos contra o sistema G7/8 – é a ênfase em protestos e manifestações contra a Guerra do Iraque (Stephen, 2009). Neste contexto ocorreram as

visto como algo positivo por grande parte dos grupos e movimentos. No tocante especificamente à iniciativa de Okinawa, esta foi vista por muitos como extremamente coercitiva: o espaço disponibilizado era significativamente longe do centro de imprensa – do qual foi negado acesso aos movimentos e grupos da sociedade civil –, o custo para utilização do espaço era alto e envolvia certos procedimentos de registro como fotos individuais, endereço, peso, altura, etc. – demonstrando uma política de vigilância com relação aos movimentos. Além disso, cumpre destacar que tal aproximação da sociedade civil passou a ser uma tendência das cúpulas – exceção feita para a cúpula de Sea Island (2004).

manifestações nas cúpulas de Kananaskis (2002), Evian (2003), Sea Island (2004), Gleneagles (2005), São Petersburgo (2006), Heiligendamm (2007), Hokkaido (2008), L’Aquila (2009) e Muskoka (2010).

A partir deste breve panorama cumpre destacar algumas características do movimento altermundialista e, conseqüentemente, dos protestos e manifestações contra o sistema G7/8. Não se trata de um grande movimento mundial único. Na verdade, existe uma variada gama de movimentos – um “movimento de movimentos” – cujos ativistas se direcionam para as mais diversas causas – políticas sexuais, legislações trabalhistas, regras para o comércio, questões religiosas, questões relacionadas ao poder corporativo, reconstruções pós-guerras, educação, meio-ambiente e direitos humanos, por exemplo.

Os alvos desses movimentos também são distintos e o espectro da lealdade dentro desses movimentos é algo muito amplo, passando por ecologistas radicais, pacifistas cristãos, ativistas muçulmanos, budistas e anarco-sindicalistas, por exemplo (Keane, 2003). Suas formas de ação são muito diversas e sobrepostas: encontros, redes de informação e comunicação via *internet*, redes de ação cívica, organizações em forma de pirâmides e personalidades carismáticas.

No tocante especificamente à resistência ao sistema G7/8, é possível perceber, ao longo do tempo, uma relação dialética entre os processos de articulação entre os movimentos sociais transnacionais e as manifestações e protestos nas cúpulas do sistema G7/8. Há, assim, um aumento da participação e articulação de grupos de distintos, dos vínculos temáticos – movimentos *queer*, feministas, manifestações culturais, etc. A questão que surge, neste ponto, diz respeito à relação entre resistência e alternativa, ou seja, em que medida tais manifestações no âmbito do sistema G7/8 tem, em sua

articulação dialética no movimento altermundialista, sido capazes de desenvolver e difundir um projeto realmente contra-hegemônico com relação ao modelo neoliberal difundido por instituições como o sistema G7/8?

### Os processos de resistência ao sistema G7/8: Algumas considerações

A partir das questões anteriormente colocadas, é possível identificar **três questões** inter-relacionadas no que concerne à resistência ao sistema G7/8:

I) Muitas das vezes os processos de re-territorialização do movimento altermundialista expressos, por exemplo, nas manifestações e protestos contra o sistema G7/8 "são mais bem compreendidos como respostas locais ao desenvolvimento desigual do neoliberalismo (...)" (Morton, 2007, p. 172). Neste contexto a noção de subalternidade é relevante por trazer à tona um elemento central da leitura gramsciana acerca da política: o fato de que a atividade intelectual crítica deve estar articulada às vidas e experiências dos grupos dirigidos, operando em um processo de superação da divisão entre dirigidos e dirigentes. Além disso, tal questão remete à problemática do espaço no pensamento de Gramsci. O "momento nacional" é assim o ponto de partida no que concerne à espacialidade do desenvolvimento e expansão do capitalismo (Morton, 2007; Agnew, 2005). Contudo, ele é também o "ponto de chegada", pois a luta pela hegemonia implica tornar interesses particulares, vinculados a uma forma particular de Estado, em algo capaz de ser aplicado não apenas no local onde surgiu mas em vários Estados – ou seja, algo potencialmente universalizável. "O conceito de hegemonia é aquele em que se reúnem as exigências de caráter nacional (...). Uma classe de caráter internacional (...) deve se 'nacionalizar' num certo sentido" (Gramsci, 2002b, p. 315, Q14§68).

II) Qual a representatividade dos grupos

subalternos que manifestam face à realidade da subalternidade na economia política global? Um caso interessante neste contexto foi a campanha "At The Table", organizada em 2010 nas cúpulas do G7/8 e G20 no Canadá. Além da significativa participação (1 milhão e 300 mil pessoas assinaram sua declaração na internet e a organização de uma manifestação com cerca de 25 mil pessoas em Toronto, quando da reunião do G20), faziam parte direta da campanha 38 organizações e/ou redes vinculadas aos mais diversos temas: Contra a pobreza, desenvolvimento, ativistas cristãos, segurança alimentar, ambientalistas, combate a AIDS, direitos humanos, direitos das crianças, saúde, educação, sindicalistas, arte, tecnologia da informação, jovens e estudantes. Destas, a grande maioria era canadense ou uma seção canadense de uma ONG internacional – como Visão Mundial e Oxfam, por exemplo. Tais organizações e/ou redes são parceiras diretas de mais de 500 outras organizações e/ou redes, sendo que dentre estas o número de organizações originárias de regiões periféricas do mundo é extremamente reduzido<sup>7</sup>. Tal exemplo expressa certa falta de capilaridade por parte da resistência ao sistema G7/8, que se por um lado apresenta uma significativa capacidade de articulação e mobilização ao longo das cúpulas desde o final dos anos 1990, por outro carece de uma articulação mais profunda com outros movimentos e organizações organicamente articulados aos subalternos das regiões periféricas que, via de regra, são as regiões mais afetadas pelo modelo neoliberal. Se, em função da relevância do Estado não como ponto dominante mas como ponto nodal (Morton, 2007), a participação dos movimentos e organizações dos países centrais é fundamental para a construção de uma

<sup>7</sup> Destaque para uma campanha de organizações africanas parceira da ACECI – International Cooperation Ethics Advisory Agency (MDG/PRL Collective).

hegemonia alternativa ao modelo neoliberal dominante, a presença dos grupos subalternos oriundos da periferia do sistema é condição *sine qua non* para o processo de capilarização da resistência e, por conseguinte, para a construção do momento catártico.

III) Destaca-se neste ponto a questão das divergências existentes entre os partícipes do processo de resistência ao sistema G7/8. Tal divergência se expressa tanto em termos ideológicos – com a presença de grupos anarquistas, socialistas, social-democratas, e outros sem definição clara – quanto em termos de estratégias de luta política – desde pacifistas radicais até grupos que consideram a violência uma estratégia legítima de manifestação. Tais divergências, aliadas às questões anteriormente colocadas, apontam para a dificuldade de pensar uma contra-hegemonia em relação ao modelo neoliberal vigente. Stephen Gill (2003) desenvolveu a ideia de “príncipe pós-moderno” para compreender as mobilizações e protestos que emergem a partir das manifestações de Seattle, em 1999. Na sua visão, tal ideia captaria melhor o processo que então emergia por trazer a ideia de pluralidade sem uma estrutura clara de liderança que buscava conciliar, em alguma medida, distintas identidades sociais com políticas universais de solidariedade transnacional. Não obstante as elucidações trazidas por tal conceito, em Gramsci a ideia de partido está intimamente vinculada ao processo de conscientização por parte dos grupos subalternos rumo a um processo de formação de uma vontade coletiva; ou seja, à superação dos múltiplos particularismos em direção à “construção de uma unidade social-cultural” (Ives, 2005, p. 458). Ora, percebe que tal vontade coletiva é ausente no movimento altermundialista em geral e, de maneira mais específica, no amplo movimento de resistência ao sistema G7/8. Na verdade, como o próprio Gill, aponta, o que termina por unir tais grupos ou “príncipe

pós-moderno” é o objeto de repúdio e negação, e não a afirmação de um projeto alternativo, contra-hegemônico<sup>8</sup>. Ou seja, “o alterglobalismo se revela na pluralidade” (Stephen, 2009, p. 492).

Devido à natureza contraditória das relações sociais e das condições de exploração vigentes, não é apenas negado aos grupos subalternos uma voz ativa no discurso dominante mas também uma participação ativa nas “instituições, cultura e política dominantes”, o que acaba por dificultar o desenvolvimento de “um entendimento crítico da natureza das relações de poder que formam sua subalternidade” (Grenn & Ives, 2009, p. 22). Partindo da ideia de que a subalternidade é uma categoria que assume seu significado nas relações sociais concretas, então há de graus de subalternidade intimamente associados às relações sociais de produção. Seguindo uma senda já percorrida por Gramsci e percebendo que tais relações ocorrem de maneira distinta no espaço, nota-se uma distinção no grau de subalternidade dependendo da proximidade ou não de determinados grupos com os centros de acumulação do capital. Assim, no que diz respeito especificamente ao sistema G7/8, os grupos subalternos do Norte aparentam ter uma participação menos passiva do que os grupos subalternos do Sul, por várias razões: língua, recursos para deslocamento, conhecimento acerca do processo, etc. Embora tais grupos se articulem, de uma forma ou de outra com os grupos subalternos do Norte, um risco que existe é o de que se reforce a subalternidade dos grupos e movimentos do Sul não apenas com relação ao bloco histórico dominante mas também com

<sup>8</sup> Embora veja o príncipe pós-moderno “como algo plural e diferenciado, embora ligado ao universalismo e à construção de uma nova forma de globalismo” (Gill, 2003, p. 218), Gill não deixa claro como se daria tal relação entre pluralidade e universalidade rumo à formação de uma vontade coletiva.

---

relação aos grupos subalternos do Norte – ou seja, que tal relação se apresente como algo de “cima para baixo”, como algo externo à realidade de grupos e movimentos do Sul, o que acaba por reforçar sua passividade.

Tal questão aponta para o caráter complexo e intrincado do desenvolvimento de um grupo de intelectuais orgânicos pelos grupos subalternos. Tal processo de “suscitar um grupo de intelectuais independentes não é coisa fácil, requer um longo processo, com ações e reações, com adesões e dissoluções e novas formações muito numerosas e complexas: é a concepção de um grupo social subalterno, sem iniciativa histórica, que se amplia continuamente, mas de modo inorgânico, e sem poder ultrapassar um certo grau qualitativo que está sempre aquém da posse do Estado, do exercício real da hegemonia sobre toda a sociedade, que, só ele, permite um certo equilíbrio orgânico no desenvolvimento do grupo intelectual” (Gramsci, vol. 4, p. 37-38, Q16§9).

Além disso, em larga medida tal questão da pluralidade se encontra intimamente associada a uma incapacidade de lidar com a diversidade de subjetividades existentes no âmbito de tal resistência. Isso apontaria para um problema relacionado ao nível de consciência coletiva destes movimentos, que não teriam ainda logrado êxito na passagem da estrutura para o âmbito das superestruturas complexas, dos interesses específicos de um grupo para a construção de instituições e elaboração de ideologias universais (Gramsci, 2002b, p. 36-46, Q13§17).

Ou seja, a despeito das inovações trazidas pelas articulações transversais no âmbito do movimento altermundialista, fica ainda em aberto a questão de como proceder com o processo de conscientização das diversas subjetividades acerca de seu status subalterno comum e a partir daí com a construção de um projeto alternativo coerente. Assim, a questão

fundamental – em especial com relação à resistência ao G7/8 – não é necessariamente o êxito imediato de tais protestos e manifestações, mas sim como tais práticas de resistência podem construir as condições necessárias para, em uma guerra de posição, estabelecer um projeto alternativo de organização da sociedade, no qual seja possível perceber um processo de unidade sócio-cultural.

## Referências

AGNEW, John. **Hegemony: the new shape of global power**. Philadelphia: Temple University Press, 2005.

COX, Robert W. Civil society at the turn of the millennium: prospects for an alternative world order. **Review of international studies**, vol. 25, p. 3-28, 1999.

GILL, Stephen. **Power and resistance in the new world order**. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

GILLS, Barry K. Overturning globalization: rethinking the politics. In: SCHMIDT, Johannes Dragsbaek & HERSH, Jacques (eds.). **Globalization and social change**. London: Routledge, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 4, 2001a.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 2, 2001b.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 5, 2002a.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 3, 2002b.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere**. Rio de

Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 6, 2002c.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 1, 2004.

GREEN, Marcus E. & IVES, Peter. Subalternity and language: Overcoming the fragmentation of common sense. In: **Historical materialism**, 17, p. 3-30, 2009.

HAJNAL, Peter I. **Civil society at the Gleneagles Summit**. Paper apresentado no *Civil G8 International Forum*, 2006. Disponível em: [http://www.g7.utoronto.ca/scholar/hajnal\\_060309.html](http://www.g7.utoronto.ca/scholar/hajnal_060309.html). Acessado em: 14/04/2010.

HOUTART, François. A mundialização das resistências e das lutas contra o neoliberalismo. In: SEOANE, José &

TADDEI, Emilio. (eds.). **Resistências mundiais. De Seattle a Porto Alegre**. Petrópolis: Vozes, 2001.

IVES, Peter. Language, agency and hegemony: A Gramscian response to post-marxism. In: **Critical review of international social and political philosophy**, vol. 8, n. 4, p. 455-468, 2005.

KEANE, John. Reflexiones sobre la sociedad civil global. In: BENEYTO, José Vidal (ed.). **Hacia una sociedad civil global**. Madrid: Taurus, 2003.

MORTON, Adam. **Unravelling Gramsci: Hegemony and passive revolution in the global economy**. London: Pluto press, 2007.

Neale, Jonathan. **You are G8, we are 6 billion: The truth behind the Genoa protests**. London: Vision, 2002.

PLEHWE, Dieter, *et. al.* (eds.). **Neoliberal hegemony: A global critique**. London: Routledge, 2006.

RAMOS, Leonardo César Souza. Civil society in an age of globalization: A neo-Gramscian perspective. In: **Journal of civil society**, vol. 2, n. 2, p. 143-163, 2006.

SMITH, Kylie. Gramsci at the margins: Subjectivity and subalternity in a theory of hegemony. In: **International Gramsci journal**, n. 2, p. 39-50, 2010.

STEPHEN, Matthew D. Alter-globalism as counter-hegemony: Evaluating the 'postmodern prince'. In: **Globalizations**, vol. 6, n. 4, p. 483-98, 2009.

## ConjunturaInternacional

**Pontifícia Universidade Católica - MG**

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães

Vice-reitora: Prof<sup>a</sup>. Patrícia Bernardes

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

### Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais:  
Prof. Danny Zahreddine

Coordenação do Curso de Relações Internacionais:  
Prof. Danny Zahreddine

Coordenação-Geral:  
Prof. Leonardo César Souza Ramos

Conselho acadêmico:  
Prof. Danny Zahreddine  
Prof. Jorge Mascarenhas Lasmar  
Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Carlos Roberto de Souza Junior; Déborah Silva do Monte; Gabriel Campos Fernandino; Márcia de Paiva Fernandes; Marina Scotelaro de Castro; Pedro Casas Vilela Magalhães Arantes; Rafael Bittencourt Rodrigues Lopes; Raquel Helen Santos Silva; Vinícius Tavares de Oliveira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av. Dom José Gaspar 500, Instituto de Ciências Sociais, prédio 47, sala 105 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31) 3319-4495 email:

[ci@pucminas.br](mailto:ci@pucminas.br) website:

<http://www.pucminas.br/conjuntura>

